

AGRICULTURA FAMILIAR. VI

Parte 6. AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES SUL, NORTE E CENTRO-OESTE.



Adilson D. Paschoal
Professor Titular-Sênior da Esalq-USP

Agricultura familiar na região Sul. A situação é bem diferente nos estados do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina principalmente), onde a agricultura familiar teve origem nos primórdios da colonização e da ocupação territorial. Isso se deu primeiro com colonos vindo dos Açores (que falhou, assim como em São Paulo e em outros estados) e depois com imigrantes italianos e alemães, com quem a agricultura familiar floresceu e manteve-se até hoje. Dentre as causas do sucesso, apontam-se a maior organização e cooperação entre produtores; a existência de sindicatos, associações e cooperativas de agricultores familiares; a assistência técnica e extensão rural; a utilização de insumos em maior quantidade e a disponibilidade de maior capital.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar dessa região obtém valor bruto da produção agrícola superior ao da agricultura não familiar: R\$1.613,94 por hectare e R\$792,78 por hectare, respectivamente. A principal vantagem dessa região está na existência de experiências bem sucedidas ligadas à agricultura familiar desde o tempo da colonização. Nos estados sulinos predominam as lavouras temporárias (algodão, alho, arroz, batata, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo); agricultores familiares também atuam na produção animal, em parceria com agroindústrias, na bovinocultura, na suinocultura, na avicultura e na ovinocultura. Em termos de grau de instrução têm-se os seguintes valores para a região Sul: ensino fundamental incompleto, 53,8%; ensino médio completo, 18,8%; ensino fundamental completo, 11,3%; ensino superior completo, 1,5% (dados da Epagri, 2017).

Rio Grande do Sul. Embora a policultura seja a técnica mais recomendada para o agricultor familiar (principalmente nas áreas tropicais e subtropicais do país), conforme sugere o Programa Nacional de Apoio à Diversificação, criado em 2006, tal nem sempre é observado, principalmente na região Sul. Assim, a monocultura da soja consolidou-se como a principal fonte de renda da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Segundo o Censo de 2017, o valor bruto da produção da oleaginosa atingiu R\$3,99 bilhões em propriedades familiares. Em relação ao censo anterior (2006), a renda da soja entre os pequenos agricultores cresceu 254%, motivada pela alta demanda chinesa pelo grão. Em 2006, a soja ficava atrás das culturas de fumo e de milho; presentemente, representa 20% do faturamento (R\$20,2 bilhões).

— Tu crias vacas de leite, mas logo descobres que o que ganhas mal dá pra pagar o que elas comem — conjetura um pequeno agricultor gaúcho. E prosseguindo:

— Mas com a soja eu já comprei até um trator com cabina refrigerada... A soja é agora o carro chefe daqui... Não quero outra coisa...

Outra cultura da agricultura familiar que vem sendo plantada em monocultura, por décadas, nos estados sulinos, principalmente no Rio grande do Sul, é o tabaco. O tamanho médio das terras cultivadas é de 15 hectares. Na safra 2018/2019, 665 mil toneladas desse produto foram produzidas em 557 municípios dos três estados do Sul. Dentre os trinta



Outra cultura da agricultura familiar que vem sendo plantada em monocultura, por décadas, nos estados sulinos, principalmente no Rio Grande do Sul, é o tabaco. Foto: Divulgação /Afubra,24/7/2016.

municípios que mais produziram dezesseis são gaúchos, nove são catarinenses e cinco são paranaenses.

Em volume de produção, o Brasil ocupa o terceiro lugar, depois da China e da Índia. Oitenta e cinco por cento da produção brasileira é exportada, rendendo ao país US\$2,5 bilhões anuais. Cerca de 170 mil famílias na região Sul e mais de 20 mil no Nordeste ocupam-se em produzir fumo, o que garante para 30% delas não mais do que dois salários mínimos mensais, além dos graves danos à sua saúde (uso de agrotóxicos) e dos fumantes, o que tem diminuído a área com a cultura nas últimas décadas

O módulo fiscal no Rio Grande do Sul varia de cinco a quarenta hectares o que leva muitos agricultores familiares a arrendarem terras de vizinhos (geralmente aposentados), pagando o arrendamento com parte da produção. Produtos tradicionais (leite, feijão, milho, fumo etc.) deixaram de ser produzidos sendo substituídos pela soja. Com isso, os pequenos agricultores estão comprando plantadeiras e tratores, permitindo colher de 60 a 80 sacos de soja por hectare (antes não passava de 50). A tecnologia ajudou, porém novos problemas surgiram como o uso intensivo de agrotóxicos.

Santa Catarina. Nesse estado, o tamanho médio das unidades familiares é de 20 hectares, onde se cultivam tabaco estufa (53% na renda total das unidades de produção), bovinocultura 13%), soja (6%), tabaco galpão (5%), milho (4%) e cebola (3%). A produção de cebola ocorre na região do Alto Vale do Itajaí, tendo elevado rendimento. Por isso, agricultores familiares, que têm propriedades entre quatro e dez hectares, arrendam terras de vizinhos, utilizando mão de obra de parentes e métodos tradicionais de cooperação, como a troca de dias e de mutirão entre vizinhos (“pixurum”), na época do plantio e da colheita. Muitos, porém, contratam mão de obra temporária, pagando em média R\$ 5,00 por milheiro plantado, o que equivale a R\$ 125,00 por dia. Como a lei exige do empregador que o empregado temporário tenha instalações adequadas disponíveis (dormitório, banheiro etc.) e registro em carteira, tem havido multas e muita revolta por parte deles.

Santa Catarina é o estado maior produtor de cebola do país (630 mil toneladas em 2017), com área de 20 mil hectares (36% da área plantada dessa hortaliça no Brasil); outros estados produtores são Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo; o Nordeste e a região do Cerrado estão ampliando seus plantios.



Santa Catarina é o estado maior produtor de cebola do país (630 mil toneladas em 2017), com área de 20 mil hectares (36% da área plantada dessa hortaliça no Brasil), produzida por meio da agricultura familiar. Esquerda. Plantio de cebola em Alfredo Wagner, SC. Fonte: Patrícia Costa, Contraf/Brasil, 2019. Direita. Plantio direto de cebola em SC. Fonte Agrolink, Portal do Agronegócio, 2020. Fotos de autores não identificados.

Paraná. No Paraná, sobretudo no sudoeste, a exploração da terra sofreu alterações bruscas, primeiro com a migração de agricultores descendente de italianos e de alemães vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na década de 1940 e, depois, com a modernização agrícola nos anos 1970. A vinda dos colonos gaúchos e catarinenses, em busca de novas terras provocou a eliminação do caboclo e de seu modo de vida itinerante.

Até os anos 1970, o solo era cultivado em rodízio pelos colonos, mantendo-se uma área para lavoura, outra para pastagem e outra para pousio. Policultura era a regra, rotacionando-se as culturas: milho, para suínos; feijão preto, para os mercados de Curitiba e do Rio de Janeiro; trigo, para o consumo da família; e forragens (mandioca, alfafa, cana-de-açúcar e soja) para bovinos. Ao longo dos anos, a diminuição do tempo de pousio fez acelerar a degradação dos solos. Para o colono, as inovações tecnológicas surgiram como alternativa à degradação edáfica e a consequente queda de produtividade. Aqueles que conseguiram se modernizar, graças aos créditos disponíveis apenas para os gêneros de exportação (soja e milho) puderam recuperar o solo e usar insumos artificiais, sementes selecionadas e ração industrial para o gado. A agricultura familiar só ganharia reconhecimento na década de 1990.

A mecanização e a monocultura para o mercado externo não extinguiram o plantio diversificado para o consumo da família, conservando, assim, a tradição do colono; da mesma forma, a tração mecânica não eliminou a tração animal, que com ela convive. O Pronaf e políticas públicas permitiram que o agricultor familiar pudesse obter crédito para aprimorar suas técnicas e comercializar seus produtos (vendidos para cooperativas ou para grandes empresas). Na agricultura familiar do sudoeste paranaense predominam as lavouras temporárias: soja (34%), milho em grão (25%), milho forrageiro (12%), fumo (10%), além de trigo, feijão e mandioca. De produtos animais, o leite representa cerca de um quarto dos valores comercializados em 2014, com destaque para o Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar. Em menor escala, há a comercialização com a agroindústria, caso de aves e de suínos.

O modelo de monocultura para o pequeno produtor tem sido taxado de não sustentável, por não prover a família com o que precisa para o seu sustento básico, nem fornecer alimentos para o consumo interno. Com os plantios de soja e de milho o agricultor familiar consegue crédito mais fácil pelo Pronaf e conta com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Estudo feito na Universidade do Paraná, em 2014, indica os seguintes dados quanto à diversificação das atividades rurais no estado: muito diversificadas, 5%; diversificadas, 46%; muito especializadas, 9%; especializadas, 37%. A

afiliação à cooperativas não passava de 15% em 2006. A maioria (90%) reside na propriedade, é proprietária do imóvel (84%) e é alfabetizada (85%).

Agricultura familiar na região Norte. Essa região concentra os menores números de estabelecimentos familiares do país. Em 2006, a região tinha 9,46% desses estabelecimentos, fato que se repete em 2017, com 480.575 propriedades (12,33%). Malgrado isso, a área com propriedades familiares dessa região representa quase um quarto (24,44%) da área brasileira ocupada por empreendimentos familiares. O tamanho médio dos estabelecimentos familiares ultrapassa 50 hectares, principalmente no sudeste da região. O tamanho das propriedades rurais nem sempre indica sua viabilidade econômica, razão de se ter criado o módulo fiscal, já tratado.

Quanto aos maiores valores da produção em 2017, o Pará aparece em sétimo lugar entre os estados brasileiros (R\$ 5.233,60 milhões) depois do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Em quatro dos sete estados da Amazônia, a agricultura familiar gera mais de 50% do valor da produção agropecuária total (no Pará, ela supera 70%). A pecuária é a principal atividade econômica agrícola da região Norte, seguida pelo cultivo de mandioca, feijão, arroz, milho, café e pecuária leiteira bovina.

A riqueza da Amazônia não está no seu solo, que é pobre, mas sim na riqueza da biomassa da própria floresta e na sua biodiversidade. O desconhecimento desses fatos levou aos desacertos do passado (Fordlândia, no Pará, do milionário americano Henry Ford, com a monocultura adensada de seringueira, de 1927 a 1945; Projeto Jari, na fronteira do Pará com Amapá, do bilionário americano Daniel Keith Ludwig, com plantio de uma essência florestal exótica para obtenção de celulose (*Gmelina sp.*), de 1967 a 1982).

A agricultura na região Norte não pode ser monocultural, nem extensiva, pois a regra é a diversidade e a integração de atividades, daí o sucesso dos sistemas agrossilvipastoris, que tenho proposto desde os anos 1970, e que agora estão sendo difundidos pela Embrapa e outras instituições de pesquisa. As propriedades familiares e empresariais precisam adotar técnicas sustentáveis, preservando a Floresta Amazônica, por razões hoje bem conhecidas. A exploração extrativista complementa a economia regional e provém alimentos saudáveis e rentáveis (peixes, castanha-do-pará, açaí, cupuaçu, palmito, cacau etc.). A recuperação de pastagens degradadas permite as atividades pastoris sem que sejam necessários novos desmatamentos.

Agricultura familiar no Centro-Oeste. Da mesma forma que a região Norte, o Centro-Oeste concentra os menores índices de estabelecimentos familiares do país, que era de 4,98% em 2006 e de 5,73% em 2017 (223.275 estabelecimentos). A área com propriedades familiares nessa região representa 12,32% da área brasileira. O tamanho médio dos estabelecimentos familiares ultrapassa 50 hectares, principalmente no norte da região. Compreendendo três diferentes biomas (Cerrado, Pantanal e Amazônia) a área de preservação permanente (APP) no Centro-Oeste mostrava-se ser a maior do país em 2006, registrando 21,63%, enquanto esse percentual para o Brasil era de 15,20%.

Nota: No próximo artigo discorrerei sobre a modernização da agricultura familiar.

Referência:

PASCHOAL, A.D. História Ilustrada da Agricultura. Seis séculos de agricultura no Brasil. Edição comemorativa dos 120 anos da Esalq e dos 200 anos da Independência do Brasil. 550 p. aprox. Em revisão, para publicação.